

Cruzando a fronteira: informações de trabalhadores uruguaios no Rio Grande do Sul a partir do acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943

Aristeu Elisandro Machado Lopes *

Resumo: O Brasil, nos anos posteriores a Revolução de 1930, viu surgir uma série de leis trabalhistas que culminariam com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Antes, já em 1932, foi criada a carteira profissional, documento para os registros das atividades laborais dos trabalhadores e para a garantia dos seus direitos. A confecção das carteiras era feita pela Inspetoria Regional do Trabalho - no Rio Grande do Sul foi instalada em 1933 – transformada posteriormente em Delegacia Regional do Trabalho. Ao solicitar a carteira, o trabalhador declarava vários dados pessoais e profissionais em uma ficha, chamada de Ficha de Qualificação Profissional. As fichas da DRT/RS preenchidas entre os anos de 1933 e 1968 estão, atualmente, aos cuidados do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa nos documentos já digitou as informações dos trabalhadores em um banco de dados até o ano de 1943, somando aproximadamente 45 mil fichas. A proposta desta comunicação tem por objetivo trabalhar com uma das possibilidades de pesquisa possibilitadas pelo cruzamento das informações do banco. Assim, almeja-se investigar os dados referentes aos trabalhadores que declaram o Uruguai como seu país de nascimento. Entre outras questões, é possível analisar em quais estabelecimentos comerciais e industriais estes trabalhadores estavam vinculados, quais as cidades uruguaias de nascimento e as profissões desempenhadas.

Palavras-chave: Trabalhadores – Uruguay – Rio Grande do Sul – Carteira Profissional

Considerações Iniciais

O mundo do trabalho no Brasil sofreu uma fundamental transformação a partir dos anos 1930, em especial na sua relação com o Estado devido a ascensão ao poder de Getúlio Vargas. Um dos marcos dessa mudança foi a instituição da Carteira Profissional em 1932, ainda pelo Governo Provisório nascido da Revolução de 1930¹. Com a Carteira Profissional, o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio obtinha maior controle sobre a população

* Doutor em História, professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul-Brasil. Coordenador do projeto de pesquisa “Traçando o perfil do trabalhador gaúcho” financiado pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Brasil. E-mail: aristeuufpel@yahoo.com.br

¹ Para uma explanação mais geral sobre o período político dos anos 1930 no Brasil, ver: sobretudo, (FAUSTO, 1998) e (FERREIRA; DELGADO, 2006).

trabalhadora dentro de um projeto que visava regular e fiscalizar as relações entre capital e trabalho no país (GOMES, 2002). No Rio Grande do Sul, as carteiras começaram a ser confeccionadas em 1933 pela Inspeção Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, a qual passou a ser denominada, em 1940, como Delegacia Regional do Trabalho.

Parte significativa do acervo da DRT-RS foi preservada e atualmente encontra-se sob os cuidados do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. O acervo, que compreende os anos entre 1933 e 1968, é constituído, em sua maioria, por aproximadamente 630.000 mil Fichas de Qualificação Profissional, também chamadas de Fichas-Espelho, organizadas em livros e armazenadas em 1.053 caixas de arquivo permanente. Também acompanham o acervo diversos documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos soltas, de pessoas ou atividades sindicais, entre outros documentos, somando 28.593 unidades. O material encontra-se em fase de organização sendo dividido por anos e cidades (LONER, 2010, p.19-22). Este acervo é o mais completo no que se refere as fichas de qualificação profissional no Brasil permitindo averiguar os dados e traçar o perfil dos trabalhadores que solicitaram suas carteiras profissionais no Rio Grande do Sul.

A proposta deste texto é abordar uma parte destas solicitações de carteira: os pedidos feitos por trabalhadores uruguaios, explorando uma das possibilidades de pesquisa com a documentação averiguando alguns dos dados sobre estes trabalhadores.

A carteira profissional e as fichas de qualificação

A Carteira profissional surgiu juntamente com vários outros decretos, que visavam regular a jornada de trabalho de algumas categorias ou coibir abusos ao trabalho feminino e infantil. Nesse mesmo momento, foram instituídas as Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, que em novembro de 1932 foram restritas apenas aos sindicalizados e, mais tarde, substituídas pela Justiça do Trabalho. Embora alguns desses direitos sofressem reveses temporários, especialmente na Constituição de 1934, em sua maioria foram reafirmados durante o período do Estado Novo pelo governo e consolidados em 1943 pela CLT (FRENCH, 2001). Contudo, é relevante interpretar as leis trabalhistas a partir das reflexões de Angela de Castro Gomes na obra *A Invenção do Trabalhismo*. Conforme a autora, a atenção concedida aos trabalhadores deve ser considerada também como uma maneira de controle estatal, da ditadura varguista. Nela, o

trabalhador com carteira assinada trocava os benefícios da legislação social por obediência política e, dessa forma “estaria realizando um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual. O trabalhador desejava estes novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente ao regime, isto é, a seu modelo de sindicalismo corporativista tutelado e a todos os seus desdobramentos” (GOMES, 1998, p.179).

Entende-se, portanto, que o estabelecimento da carteira foi parte inicial e importante da legislação social para o trabalhador, pois, como afirma Angela de Castro Gomes, a carteira foi uma “criação do pós-30 e documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e estado que se desejava construir” (GOMES, 1988, p.242). As palavras do então ministro Marcondes Filho, impressas até 1988 na carteira, retratariam sua missão:

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado a carteira profissional é um documento indispensável à proteção ao trabalhador. Elemento de qualificação civil e habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho. A carteira pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência (GOMES, 1988, p.255-256, nota 18).

A advertência ao trabalhador ainda hoje é função cumprida pela carteira e não só em relação a sua eventual mobilidade de emprego. A hipótese contrária, de não haver nenhuma anotação, também é interpretada como falta de experiência profissional ou de competência do candidato, fato arduamente sabido por todo aquele que tenta ingressar no mercado de trabalho regulamentado.

O decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que estabelecia a Carteira Profissional, a colocava como opcional ao trabalhador, mas sua regulamentação pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, a transformou rapidamente em imprescindível. Seu artigo 12º estabeleceria sua validade como documento de identidade e o 13º a transformaria em prova comprobatória em caso de conflitos entre patrões e trabalhadores. Mas é o artigo 25º que praticamente impunha sua obrigatoriedade para todos aqueles que decidissem buscar a proteção oficial nas relações trabalhistas, pois afirma que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), “só tomará conhecimento de queixas e reclamações de empregados que possuam

carteiras profissionais” (KOSCHIER, 2006, p.5). No ano seguinte, através do decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934 condicionava-se a sindicalização aos empregados com carteira profissional. (TROYANO, 1978). Por fim, na tentativa de incentivar a sindicalização oficial, o governo terminou impondo que só teria direitos aos benefícios trabalhistas (como lei de férias e aposentadoria) o trabalhador que possuísse carteira e fosse sindicalizado.

E, portanto, fazer a carteira tornou-se praticamente obrigatório aos trabalhadores urbanos, o que explica a demanda pelo documento, independentemente de posições favoráveis ou desfavoráveis a posição do governo na questão sindical. Segundo o Boletim do MTIC, de março de 1935, até aquele momento haviam sido solicitadas, em todo o país, 601.380 carteiras, tendo sido entregues 437.341 (KOSCHIER, 2006, p.7).

Nos anos e décadas seguintes, a carteira assinada se tornou a aspiração de todo o trabalhador urbano, pois representava a garantia de direitos, como estabilidade, salário regular, aposentadoria e inclusão em serviços previdenciários. Dessa forma, tornou-se hábito “tirar” a carteira logo ao início da vida profissional.

O trabalho de pesquisa desenvolvido nos projetos com o acervo da DRT/RS foi facilitado desde a criação de um banco de dados para armazenar todas as informações declaradas nas fichas pelos trabalhadores². Esse banco de dados reproduz os mesmos campos da ficha – cerca de 50 campos – permitindo que toda a informação de uma ficha fique disponível ao pesquisador e possibilitando o seu cruzamento com aquelas de outros trabalhadores. Dessa forma, é possível estudar determinados grupos de trabalhadores, profissões, grau de instrução, entre outros. No momento, é possível consultar informações de aproximadamente 45 mil fichas correspondentes aos anos entre 1933 e 1943.

Os campos da ficha de qualificação profissional são minuciosos e permitem observar detalhes da vida do trabalhador que solicitava a carteira. Há um grupo de itens que se refere aos dados pessoais do trabalhador: nome, sexo, altura, cor da pele, cor dos cabelos e cor dos olhos e, se do sexo masculino, barba e bigode. Ainda é possível saber se o trabalhador possui sinais particulares, ou seja: falta de membros, calvície, cicatrizes, marcas de varíola, deficiências físicas, queimaduras, entre outros. É possível saber a filiação, se solteiro, casado ou viúvo, o número de filhos. Também eram solicitados os dados do nascimento do trabalhador: a data, o

² Alguns resultados das pesquisas desenvolvidas com os dados das fichas de qualificação profissional podem ser consultados em: (JAQUES, 2014), (LOPES, 2015), (SCHMIDT, 2014) e (SPERANZA, 2014), entre outras publicações.

local do nascimento, com o nome da cidade e do estado e, se estrangeiro, o ano da chegada no Brasil e, quando realizada, o ano da naturalização. Outras informações solicitadas eram o endereço e o grau de instrução do trabalhador. Outro grupo de campos se referia às atividades profissionais do trabalhador, nos quais eram registrados: a profissão, o nome e a espécie do estabelecimento profissional, a cidade e o endereço do estabelecimento, e se o trabalhador fosse sindicalizado o número da matrícula e o nome do sindicato.

Todos esses campos se localizavam na primeira página da ficha de qualificação profissional que recebia ainda a data da solicitação da carteira, o número da solicitação, o número do livro, a série, e caso fosse uma segunda via, também era possível registrar. Todos esses dados são transpostos para o banco de dados facilitando, portanto, o cruzamento das informações e no caso desses últimos itens, facilitando a localização dos documentos no acervo. Já o verso da ficha recebia uma foto ³/₄ do trabalhador, as impressões dos dedos das mãos e se fosse necessário registrar outras informações, estas também eram feitas no verso. No próximo tópico serão apresentados alguns dos dados sobre os trabalhadores uruguaios que solicitaram a sua carteira profissional.

Os trabalhadores uruguaios nas fichas da DRT/RS

A partir do cruzamento dos campos já digitados no banco foi possível averiguar a presença de vários trabalhadores estrangeiros, sendo que alguns deles informavam também a sua naturalização. Entre esses trabalhadores, a maioria era composta por alemães, seguidos por poloneses e portugueses enquanto os uruguaios somavam a quarta maior nacionalidade estrangeira. A tabela abaixo explana melhor esses dados:

Tabela 1: trabalhador por país de nascimento³

Pais de nascimento do trabalhador	Total de trabalhadores
Alemanha	851
Polônia	452
Portugal	412

³ A maioria dos trabalhadores declararam como país de nascimento o Brasil: 42.308. A tabela apresenta apenas os 10 países com mais trabalhadores. Outras nações declaradas foram: Lituânia, Síria, Suíça, Holanda, França, Hungria, Tchecoslováquia, Inglaterra, Suécia, Líbano, Estados Unidos, Iugoslávia, Estônia, Grécia, entre outros.

Uruguai	358
Itália	345
Rússia	186
Espanha	149
Romênia	95
Áustria	85
Argentina	81

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul-DRT/RS. Acervo: NDH/UFPel

Conforme a tabela 1, os trabalhadores uruguaios totalizam, até o momento da digitação dos dados no banco, 358 trabalhadores. Se, por um lado, os trabalhadores alemães somam mais do dobro dos uruguaios, estes, somam quase duas vezes mais que os trabalhadores argentinos. É possível apontar que a forte imigração alemã registrada no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX justifica a intensa presença desta etnia no número de solicitações enquanto a proximidade da fronteira entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul sugere a predominância dos uruguaios nos dados da DRT/RS em relação aos latino-americanos. A quantidade de trabalhadores uruguaios se torna ainda mais significativa quando comparada com os demais países da América do Sul. Além dos 81 trabalhadores argentinos, que constam na tabela, aparecem somente 6 trabalhadores paraguaios e 5 trabalhadores chilenos.

Um ponto importante da análise proposta neste texto se refere a indagação sobre o porquê dos trabalhadores uruguaios terem vindo para o Rio Grande do Sul e solicitarem carteira profissional. Os governos de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940 implantaram leis trabalhistas destinadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores, conforme abordado antes neste texto. Já em relação as leis trabalhistas, no outro lado da fronteira, no Uruguai, no segundo mandato do presidente José Batlle y Ordóñez (1911-1915), algumas reformas ligadas aos trabalhadores foram iniciadas, as quais enquadravam-se dentro de um conjunto de reformas promovidas pelo estado. No caso dos trabalhadores,

O Estado assumiu o papel de conciliador entre as classes, intervindo em favor dos assalariados mais fracos mediante uma legislação protetora ou com garantias efetivas de sindicalização. A peça mais ultrajante dessa legislação (aos olhos dos empregadores) foi a aprovação, em 1915, da jornada de trabalho de oito horas para todos os trabalhadores urbanos (ODDONE, 2002, p.623).

Se já havia uma legislação trabalhista no Uruguai antes mesmo daquela implantada no Brasil nos anos 1930 e 1940, retoma-se a indagação sobre o porquê da busca por trabalho, pelos trabalhadores uruguaios, no Brasil. Algumas hipóteses para a resposta são possíveis, embora tratam-se apenas de hipóteses, as quais mereceriam um trabalho mais aprofundado, com cruzamento com uma revisão bibliográfica densa e consulta a outras fontes, algo que extrapola a proposta deste texto.

Uma das hipóteses para compreender a busca por trabalho no Brasil, e consequentemente pela carteira profissional brasileira, pode ser avaliada a partir da demografia uruguaia. Rodolfo Porrini ressalta que não existiram censos da população nacional uruguaia no período entre 1908 e 1963. Contudo, conforme o autor “diversos especialistas han propuesto estimaciones de cómo evolucionó la población en el dilatado período en que no se contó con la herramienta idónea para conocerla” (PORRINI, 2005, p.66). Assim, conforme o autor, a partir dos dados existentes foi possível considerar que a maioria dos uruguaios estava concentrada na capital Montevideo. Os dados do ano de 1941 (o mais próximo dos anos cobertos pelas fichas de qualificação profissional da DRT/RS) indicam que do total de 1.990.000 habitantes, 746.387 estavam no Departamento de Montevideo, o que totaliza 37.9% da população (PORRINI, 2005, p.66). A capital uruguaia concentrava também a maior parcela da população economicamente ativa do país, o que favoreceu a composição da classe trabalhadora motevideana (PORRINI, 2005, p.73). Já nos anos 1940 houve um desenvolvimento industrial importante, sobretudo das indústrias manufatureiras, o que também favoreceu a organização dos trabalhadores identificada, conforme Rodolfo Porrini, como uma nova classe trabalhadora no Uruguai.⁴

A partir das constatações demográficas, que indica a concentração da população uruguaia na capital – e também a concentração de trabalhadores em Montevideo – é possível desenvolver a hipótese de que a aproximação de centros urbanos uruguaios, como a cidade de Rivera, de centros urbanos do Rio Grande do Sul, no caso a cidade de Santana do Livramento, possibilitou a busca por ocupação no Brasil, já que os trabalhadores de Rivera estavam mais longe da sua capital do que da cidade brasileira de Santana do Livramento. Igualmente importante é a condição de oferta de trabalho e demanda por mão de obra ocasionada pela

⁴ Além da obra *La nueva clase trabajadora uruguaya (1940-1950)* (2005), de Rodolfo Porrini, consultar, também do mesmo autor: (PORRINI, 2003) e (PORRINI, 2004).

instalação do frigorífico Armour of Brazil Corporation no lado brasileiro da fronteira, como será tratado a seguir.

Para compreender e desenvolver melhor as hipóteses anunciadas se retorna aos dados das fichas de qualificação profissional buscando informações de uruguaios em estabelecimentos localizados na fronteira, em especial, na cidade de Santana do Livramento⁵. A pesquisa inicial buscou informações dos trabalhadores que declararam como país de nascimento o Uruguai e que desenvolviam atividades em estabelecimentos da cidade sul-rio-grandense. O resultado apontou que dos 358 uruguaios que buscaram carteira profissional entre os anos de 1933 e 1943, 119 trabalhavam em Santana do Livramento e dentre estes 99 desenvolviam suas atividades no Frigorífico Armour of Brazil Corporation⁶.

Tabela 2: trabalhador por país de nascimento, espécie de estabelecimento e estabelecimento

Espécie de estabelecimento	Estabelecimento	Total de trabalhadores
Frigorífico	Armour of Brazil Corporation	99
Charqueada	Saladerio São Paulo	4
Tipografia	Gil e Santos	3
Correaria	Melciades Cruz	2
Carpintaria	Serafim Bisso	1
Cigarraria	Cigarraria Uruguay	1
Comercial	Athos Andrade	1
Construtor	Antonio Apoitin	1
Charqueada	Charqueada São Paulo ⁷	1
Caridade	Santa Casa de Misericórdia	1
Café	Osmar Scarparo	1
Diversões	Clube Caixeiral	1

⁵ Importante ressaltar que neste trabalho aparecem apenas informações dos trabalhadores uruguaios que solicitaram a carteira profissional. Dessa forma, é provável que o número de trabalhadores nascidos no Uruguai e que desenvolviam suas atividades laborais no Brasil constituía um número maior do que aquele apontado nos dados da DRT/RS.

⁶ A segunda cidade com maior número de trabalhadores brasileiros no Rio Grande do Sul foi Porto Alegre (83 trabalhadores). A lista segue com Rio Grande (41 trabalhadores), Bagé (30 trabalhadores), Pelotas (15 trabalhadores), Uruguaiana (11 trabalhadores) Rosários do Sul (7 trabalhadores), Cruz Alta (6 trabalhadores), Julio de Castilhos (4 trabalhadores), Jaguarão (4 trabalhadores) além de outras cidades do estado que contavam com 1 ou 2 trabalhadores uruguaios.

⁷ A Charqueada São Paulo é o mesmo Saladerio São Paulo, contudo, o estabelecimento foi declarado pelos 4 trabalhadores em espanhol.

Não informado		3
---------------	--	---

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul-DRT/RS. Acervo: NDH/UFPel

Associada com a hipótese anterior, outra é possível de ser tratada e, certamente, com maior eficácia à proposta deste texto. Trata-se da atividade desenvolvida pelos trabalhadores uruguaios no frigorífico Armour of Brazil Corporation. Tal atividade estava relacionada com o passado histórico da região do Rio da Prata, considerando o Rio Grande do Sul e o Uruguai como inseridos nesta região, juntamente com a Argentina. Conforme apontam Ieda Guttfreind e Heloísa Reichel a pecuária na região platina está ligada ao seu passado colonial a partir do qual se desenvolveu uma economia própria: “O século XVII caracterizou-se como o período em que as vacarias, sistema de produção baseado na caça ao gado, predominaram na Região Platina. Por haver uma grande concentração de gado selvagem nos campos, iniciou-se o processo de extração e de comercialização dos produtos pecuários, principalmente o couro” (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p.112).

No século XX, para além do couro ou das atividades com a carne verde – o trabalho nas charqueadas estava em franco declínio – a região, devido ao seu extenso rebanho bovino, atraiu a instalação da indústria frigorífica. No caso do Uruguai, essa indústria foi “dominada pelo capital estrangeiro (principalmente norte-americano), que era dono dos principais estabelecimentos e controlava as compras de gado em Tablada” (ODDONE, 2002, p. 629). A forte concorrência levou o estado a criar em 1928 o Frigorífico Nacional “con el objetivo de contrapesar el trust de empresas extranjeras que monopolizam las compras de ganado para carne congelada y enfriada (MORAES, 2003, p.285)⁸. No outro lado da fronteira, no Rio Grande do Sul, a instalação da indústria frigorífica também foi importante à economia brasileira, embora tardia se comparada com aquela do Uruguai:

Ligada a perspectiva de renovação da pecuária, o governo sulino se bateu de modo específico pelo estabelecimento de frigoríficos no Rio Grande, o que levaria a enveredar pelo caminho do progresso tecnológico no beneficiamento de carne, tal como se dera no Prata e em São Paulo, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial (PESAVENTO, 1993, p.216).

⁸ No Uruguai também se estabeleceu o Frigorífico Anglo, de capital inglês, na cidade de Fray Bentos. Ver: (MICHELON, 2013).

A primeira proposta foi a instalação de um frigorífico com capital local, o Frigorífico Rio Grande, em 1917, em Pelotas⁹. No mesmo ano, se instalaram outros dois empreendimentos com capital estrangeiro: a Companhia Swift do Brasil, em Rio Grande e a Armour of Brazil Corporation em Santana do Livramento¹⁰. Inicialmente a empresa comprou a Charqueada Santana, “que começou a operar como charqueada, em 1918 e 1919, fabricou carne conservada, passando em 1920 a exportação de carne congelada” (RANSOLIN, 2004, p.02-03).

Dessa forma, quando o frigorífico Armour of Brazil Corporation se instalou em Santana do Livramento, os uruguaios encontraram na atividade industrial, o trabalho no frigorífico, uma oportunidade de emprego. Ainda, o trabalho na indústria frigorífica se aproximava do exercício de um ofício do qual não estavam distantes, tanto no que se refere ao trabalho rural, na pecuária, como também no abate de animais e no processamento da carne, já que poderiam ter uma experiência anterior nos saladeros, por exemplo.

A participação dos trabalhadores uruguaios no frigorífico Armour of Brazil Corporation é relevante se comparado com o número total de 583 trabalhadores neste estabelecimento. Entre os brasileiros, conforme o banco de dados da DRT/RS, havia 478 brasileiros empregados neste frigorífico¹¹. Nota-se que os trabalhadores uruguaios constituíam uma mão de obra fundamental ao desenvolvimento desta indústria frigorífica. Outros dados relevantes para traçar o perfil do trabalhador uruguaio no frigorífico serão destacados na continuação do texto.

Quanto ao sexo, os dados apontam para a existência de 66 homens e 33 mulheres. Apesar da predominância masculina, as mulheres também buscavam emprego no frigorífico. O campo sexo revela que a participação feminina no frigorífico é significativa quando comparado com outras profissões de trabalhadoras uruguaias no Brasil, como comércio (7 trabalhadoras), costureira (2 trabalhadoras), doméstica (2 trabalhadoras), telefonista (2 trabalhadoras), e, com uma trabalhadora por profissão: encardenadora, lavadeira, jornaleira, copeira, magarefe, cozinheira, lustradora de móveis, professora, auxiliar de enfermeira e indústria de sabão. Também é significativa a presença de mulheres no frigorífico de Santana do Livramento quando

⁹ Mais tarde, em 1921, foi vendido ao grupo inglês Vestey Brothers, passando a receber o nome de Sociedade Anônima The Rio Grande Meat Company. Já em 1924 recebeu o nome de Frigorífico Anglo (do mesmo grupo que já operava em Fray Bentos no Uruguai), ficou 17 anos fechado, em 1942 foram iniciadas obras no complexo e a retomadas das atividades no ano seguinte. Atualmente o prédio pertence a Universidade Federal de Pelotas. (SCHMIDT, 2014, p.21).

¹⁰ Ambas as corporações já tinham filiais na América do Sul, na Argentina, na região de Berisso perto de Buenos Aires. Ver: (LOBATO, 2001).

¹¹ Os demais países de nascimento de trabalhadores que aparecem no Frigorífico Armour Of Brazil Corporation são: Argentina (3 trabalhadores) e Polônia, França e Alemanha, cada um com 1 trabalhador.

se compara com os dados sobre a presença feminina no frigorífico Anglo na cidade de Pelotas; entre os trabalhadores deste estabelecimento encontra-se apenas uma mulher cuja profissão declarada é servente.

Em relação a profissão desempenhada pelos trabalhadores uruguaios: a grande maioria declarou servente como sua ocupação, sendo que 96, dos 99 trabalhadores ocupavam este ofício enquanto os outros três desempenhavam outras funções: 1 mulher era estenografa, 1 homem trabalhava como mecânico e 1 homem era sub-capataz de seção. Já considerando o universo dos trabalhadores brasileiros e dos demais estrangeiros do frigorífico, a grande maioria também desempenhava a função de servente. Outras profissões eram desenvolvidas por brasileiros: 15 escriturários, 2 escreventes, 1 datilógrafa, 1 torneiro mecânico e um carpinteiro.

Se a profissão de servente poderia ser vista como menos privilegiada do que aquelas desempenhadas pelos brasileiros, nota-se que o número de serventes brasileiros é maior do que o total de uruguaios. A profissão de servente, contudo, pode estar relacionada com diversos tipos de função na linha de produção, desde o recebimento dos animais, o abate, o desossamento e a preparação das carnes. Esta divisão vista no caso do frigorífico de Santana do Livramento se difere se comparada, por exemplo, com os dados de outros frigoríficos do Rio Grande do Sul, como o Anglo, de Pelotas, e a Companhia Swift, de Rio Grande¹². Averiguando os dados dos trabalhadores destes frigoríficos encontra-se a profissão de magarefe, um sinônimo para açougueiro. Trata-se de um ofício específico dentro do frigorífico; é possível que muitos dos serventes do Armour também fossem magarefes, mas como poderiam também desempenhar outras funções, declaravam em suas fichas apenas “servente” como profissão.

Outros dois dados relevantes são: cidade de nascimento e sinais particulares. Entre os 99 uruguaios que trabalhavam no frigorífico, 39 nasceram em Rivera. Esta é outra informação que revela a importância dos trabalhadores que vinham da fronteira para trabalhar no Rio Grande do Sul e, portanto, contribuía à economia brasileira; o número de uruguaios nascidos na cidade ainda é maior se considerar todos os dados para além daqueles dos trabalhadores do frigorífico. Outras cidades de nascimento declaradas pelos serventes do estabelecimento foram: Tacuarembó, Salto, Artigas, Paysandú, Maldonado, Tranqueras, Durazno, Minas de Corrales e 3 nascidos em Montevideo.

¹² Em ambos os frigoríficos encontram-se também trabalhadores uruguaios, alguns deles declararam sua profissão como magarefe.

Já no que se refere aos sinais particulares – e levando em consideração que em um frigorífico o trabalho com instrumentos cortantes é cotidiano e intenso – não se encontrou nenhum trabalhador uruguaio que tenha declarado a falta de falanges ou cicatrizes oriundas de cortes. Já em relação aos brasileiros apenas um trabalhador, servente, foi identificado na ficha como “(falta de um) dedo anular na mão esquerda”. A presença de apenas um trabalhador que declarou ter sinal particular relacionado a falta de um dedo permite algumas considerações. Inicialmente, é possível apontar que outros acidentes de trabalho – relacionados ao manuseio de instrumentos cortantes – poderiam não resultar na perda de membros, dedos ou falanges dos trabalhadores e, portanto, os possíveis ferimentos cicatrizavam sem deixar maiores vestígios. Por outro lado, levando em consideração que o identificador (funcionário da DRT/RS que preenchia os dados dos trabalhadores nas fichas)¹³ registrou apenas as informações que foram, de fato, declaradas pelos trabalhadores é possível que alguns deles tenham optado por não revelar problemas causados por acidentes de trabalho ocorridos dentro do frigorífico.

Considerações finais

As informações analisadas neste texto sobre os trabalhadores uruguaios representam uma pequena parcela do conjunto de informações dos mais de 630.000 trabalhadores que solicitaram a carteira profissional no estado do Rio Grande do Sul. O texto também demonstra a importância deste acervo no que se refere aos estudos sobre os mundos do trabalho, pois a sua riqueza de informações é exclusiva, ou seja, o arquivo da DRT/RS é formado por uma fonte que permite traçar o perfil dos trabalhadores com carteira profissional no Rio Grande do Sul. Entre eles, uma parcela significativa de trabalhadores uruguaios, cujos dados presentes nas fichas de qualificação profissional demonstram que a participação destes trabalhadores foi importante para a economia brasileira. A partir da análise das informações é possível apontar algumas considerações.

Em primeiro lugar, nota-se que a presença dos trabalhadores uruguaios no estado foi favorecida pela instalação do Frigorífico Armour of Brazil Corporation na cidade de Santana do Livramento. As atividades laborais no frigorífico atraíram os trabalhadores que estavam no outro

¹³ A DRT/RS não possuía um posto na cidade de Santana do Livramento no período entre 1933 e 1944, mas os seus funcionários atendiam os trabalhadores quando se deslocavam até a cidade. No caso dos empregados do frigorífico, é possível observar que os pedidos de carteira foram feitos em anos separados, mas em cada ano as solicitações foram em conjunto. Para exemplificar, no ano de 1935, o primeiro ano de solicitações, foram solicitadas 243 carteiras registradas em livros com numeração sequencial. Os outros anos de solicitação foram 1939, 1940 e 1942.

lado da fronteira e, em especial, aqueles que residiam em Rivera, cidade distante de Montevideo e, portanto, longe do principal centro urbano e industrial do país.

Um segundo aspecto é o fato dos dados dos trabalhadores uruguaios – e também dos trabalhadores brasileiros – que estavam envolvidos na indústria frigorífica, como exemplifica o Frigorífico Armour, ser um demonstrativo das mudanças na economia do estado. Nas primeiras décadas do século XX o Rio Grande do Sul começou a acompanhar as transformações na indústria da carne que já aconteciam em outros lugares, como no Uruguai. A partir daquele momento, as charqueadas – que produziram a carne salgada que servia de alimento para os escravos no século XIX e após a Abolição dos escravos no Brasil em 1888 para as populações pobres (PESAVENTO, 1980) – que já estavam em declínio passam a ser substituídas, definitivamente pelos frigoríficos. Estes, com capital estrangeiro e visando, sobretudo, o mercado exportador.

Associado as considerações acima, um terceiro ponto importante que precisa ser ressaltado é que a presença de trabalhadores uruguaios não se restringiu apenas a cidade de Santana do Livramento e nem somente ao frigorífico. A participação de cidadãos do Uruguai foi registrada em várias cidades do Rio Grande do Sul; na capital Porto Alegre, outros nas cidades da fronteira, como Bagé e Jaguarão, e ainda em cidades com concentrações industriais importantes como Pelotas, Santa Maria e Rio Grande. Dessa forma, é possível apontar que os trabalhadores uruguaios tiveram uma participação significativa no desenvolvimento econômico do estado, o qual ainda buscava aumentar seus índices industriais nos anos 1930.

Finalmente, é preciso destacar que neste texto foi abordada apenas uma das possibilidades de pesquisa possíveis a partir do acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. Os dados presentes nas fichas de qualificação profissional não representam a totalidade dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, mas apenas aqueles que solicitaram a carteira profissional entre 1933 e 1944. Os dados analisados apontam caminhos para compreender a participação dos uruguaios no desenvolvimento industrial e econômico do Rio Grande do Sul e também sobre quem era este trabalhador, ou trabalhadora, com quais qualificações e características ele se apresentava no mercado de trabalho. Entre esses trabalhadores estava o estrangeiro, que atravessou a fronteira em busca de oportunidades e não deixou de solicitar a sua carteira profissional.

Fontes

FICHAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943 (Banco de dados). Núcleo de Documentação Histórica/UFPel.

Referências bibliográficas

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: UNESP, 1998.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FRENCH, John D. *Afogados em leis*. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa. *As raízes históricas do Mercosul. A região platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

JAQUES, Biane Peverada. *Os Trabalhadores das Letras: Empregados Gráficos do Rio Grande do Sul a partir da DRT-RS (1933-1943)*. Pelotas, UFPel, 2014. (Monografia – Bacharelado em História)

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. *Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho – RS*. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006.

LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fábricas. Trabajo, protesta y política en una comunidad obrera*, Berisso (1904-1970); Buenos Aires: Prometeo Libros/Entrepasados, 2001.

LONER, Beatriz. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito. (Org). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil*. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p.09-24.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. História e memória dos trabalhadores no Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. *Revista Memória em Rede*. Pelotas: PPGMP/UFPel, v. 7, 2015, p. 01-15.

MICHELON, Francisca Ferreira. Fotografias para preencher o vazio de memória: arquivos de imagens dos frigoríficos Anglo em Pelotas/Brasil e Fray Bentos/Uruguai. In: ASHFIELD, William Rey; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; SOSA GONZÁLEZ, Ana María. (Orgs.).

Patrimônio cultural : Brasil e Uruguai, os processos de patrimonialização e suas experiências. Pelotas: Editora da UFPel, 2013, p. 110-150.

MORAES, María Inés. Crecimiento, tecnología y competitividad en la ganadería uruguaya entre 1870-1930. In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. *Histórias regionais do CONE SUL*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.269-292.

ODDONE, Juan. A formação do Uruguai moderno, c.1870-1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v.V, São Paulo/Brasília: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p.609-631.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra. República velha gaúcha: “estado autoritário e economia”. In DACANAL, Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. (Orgs.). RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p.193-228.

PORRINI, Rodolfo (Comp.). *Historia y memoria del mundo del trabajo. Hacia la recuperación de la memoria oral y los archivos históricos del movimiento sindical en Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, 2004.

PORRINI, Rodolfo. Clase obrera, sindicatos y Estado en el Uruguay da la expansión industrial: algunas conclusiones y nuevos problemas para su investigación. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.XXIX, n.2, 2003, p.171-196.

PORRINI, Rodolfo. *La nueva clase trabajadora uruguaya (1940-1950)*. Montevideo: Universidad de la República, 2005.

RANSOLIN, Antonio Francisco. Frigoríficos no RS. Artigos Do Memorial.Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2004, p.01-03. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos> Acesso em: 27/10/2015.

SCHMIDT, Mônica Renata. *Em busca dos direitos: Os processos trabalhistas iniciados pelos trabalhadores contra o Frigorífico Anglo de Pelotas-RS, 1943-1945*. Pelotas, UFPel, 2014. (Monografia – Bacharelado em História)

SPERANZA, Clarice. O mapeamento da implantação da carteira profissional no Rio Grande do Sul na década de 30 através das fichas de identificação do acervo da Delegacia Regional do Trabalho. In: GARCIA, Dayane; PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. (Orgs.). *Arquivo e memória*

dos trabalhadores da cidade e do campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu Nacional/CUT, 2014, v. 1, p. 49-59.

TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.